



## **MEMÓRIA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**DATA:** 29.06.2010

**HORÁRIO:** 13:30 as 17:00

**LOCAL:** Sala de Reuniões da SETP (5º andar) – Curitiba/PR

| <b>Membros:</b>                              | <b>Participantes:</b>     |
|----------------------------------------------|---------------------------|
| <b>SETP</b>                                  | <b>COGEMAS</b>            |
| Ana Paula Gonçalves                          | Denise Ferraz Aguiar      |
| Carmen C. Zadra                              | Evanilda Rank de Oliveira |
| Helena Navarro Gimenez                       | Marcela Laino Verrilo     |
| Ironi do Rocio Vieira de Camargo             | Márcia Mazzarotto         |
| Nicéia Brandão Lemes                         | Rosilene Beatriz D. Link  |
| <b>Representantes da Secretaria Técnica:</b> |                           |
| Ana Paula Gerent                             |                           |
| Carla de Souza                               |                           |
| Kelli Regina Albanese                        |                           |
| Rosely Lemos                                 |                           |
| <b>Demais participantes:</b>                 |                           |
| Becchara Miranda                             |                           |
| Caroline da Rocha Parodi                     |                           |
| Creusa Lurdes de Melo                        |                           |
| Dircéia Cardeiro                             |                           |
| Fernanda Camargo                             |                           |
| Jaqueline Vilela                             |                           |
| Laura Gorski                                 |                           |
| Luciane Salles                               |                           |
| Ludmila Santos                               |                           |
| Nicolý Kulcheski                             |                           |
| Vitória Batista Silva                        |                           |



## **Pauta de reunião ordinária**

**Data: 29.06.2010**

- Aprovação da pauta da reunião;
- Aprovação da memória da reunião ordinária da CIB de 27 de abril de 2010;
- Alteração do Regimento Interno: ressarcimento das despesas dos membros;
- Resolução CIT nº 005/2010;
- Apresentação do quadro de habilitação e análise dos pareceres dos processos;
- Apresentação do quadro das habilitações com condicionalidades que possuem prazo expirado em maio e junho de 2010;
- Processos de desabilitação;
- Monitoramento da Gestão Municipal de Assistência Social de Foz do Iguaçu;
- Instrumentos de Gestão da Política de Assistência Social: pactuação de procedimentos para os municípios que não finalizaram o preenchimento;
- Câmara Técnica Revisão da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS e Reunião Técnica com os Escritórios Regionais da SETP.

### **Informes:**

- Resolução nº 036/2010 – SETP: nova composição CIB;
- Repasse da Reunião Ampliada da CIT de 13/05/2010;
- Repasse da reunião da CIT de 07/06/2010.

- **Aprovação da pauta da reunião;**

Nicéia Brandão Lemes, cumprimentou os gestores, técnicos e convidados presentes, informou que assumiu a coordenação do Departamento de Assistência Social e da Comissão Intergestores Bipartite – CIB, e após, confirmou o quórum mínimo para início da reunião. O ponto de pauta “Resolução CIT nº 005/2010” foi incluído, e sem mais modificações, a pauta foi aprovada. A Secretária Técnica da CIB, Kelli Regina Albanese, solicitou a modificação da ordem dos pontos de pauta, conforme segue a memória, pois os representantes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, presentes para a explanação do ponto de pauta “Monitoramento da Gestão Municipal de Assistência Social de Foz do Iguaçu”, possuíam outros compromissos.

- **Aprovação da memória da reunião ordinária da CIB de 27 de abril de 2010;**

Sem modificações, a memória foi aprovada.

- **Monitoramento da Gestão Municipal de Assistência Social de Foz do Iguaçu;**

Para este ponto de pauta, estiveram presentes dois representantes do MDS, Becchara Miranda (representante do Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS) e Vitoria Batista Silva (representante da gestão do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS), para apresentar o relato da última visita, pois participaram do processo de monitoramento da gestão de Foz do Iguaçu.

Kelli Regina Albanese, secretária técnica da CIB, lembrou aos membros que na reunião do mês de abril pactuou-se a manutenção do nível de gestão plena do município de Foz do Iguaçu, com a condição de que em 2 (dois) meses este realizasse a transição da gestão do Programa Bolsa Família da estrutura do Provopar para a Secretaria Municipal de Assistência Social. Após o vencimento do prazo, foi realizada uma visita, ocorrida nos dias 25, 26 e 27 de maio de 2010, pela comissão designada para acompanhar este processo, para verificar se as adequações foram realizadas.

Becchara Miranda, representante do MDS, relatou que acompanha este processo desde abril de 2008, e que as visitas foram realizadas por um grupo de profissionais composto por técnicos do MDS, representantes do Estado do Paraná e representantes do Colegiado de Gestores Municipais – COGEMAS, com intuito de auxiliar o município a sanar as pendências constadas. Dando continuidade ao relato, informou que em nenhuma das visitas realizadas, as ações referentes ao Programa

de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, estavam sendo executadas. A técnica da Proteção Social Especial do MDS, Adriana Faustino, estava acompanhando a visita e, diante desta situação, informou que está tomando as providências cabíveis a este problema. Becchara Miranda comentou que há a possibilidade do bloqueio do recurso destinado ao referido programa, devido à inexistência do serviço. Ainda referente a Proteção Social Especial, constatou-se a necessidade de implantação de mais um Conselho Tutelar – CT, tendo em vista que o município possui apenas um, possuindo ampla demanda.

No que tange a Proteção Social Básica, Becchara Miranda explanou que o município tinha diversas dificuldades no funcionamento dos CRAS, principalmente no que se refere a oferta de serviços, a qual era prejudicada pela falta de informações, pois a gestão do CAD/Único não estava sendo executada pelo município. Contudo, na última visita foi possível verificar a regularização através da descentralização dos cadastros para os CRAS. Também, informou que a execução do programa Pró-Jovem Adolescente é muito baixa e em alguns casos é nula. Ainda não se cogita a possibilidade do bloqueio do recurso destinado a este programa, porém, esta é uma situação preocupante que deverá ser acompanhada, *in loco*, por um técnico do MDS, específico do Pro-Jovem Adolescente, juntamente com o COGEMAS e representantes do Estado.

Becchara colocou ainda que o município questionava o MDS pela ausência de capacitações das equipes. Atendendo a esta demanda, na última visita, as técnicas de referência, representantes do MDS, foram disponibilizadas para capacitar os técnicos municipais. Sobre este assunto, Becchara Miranda comentou a dificuldade que o MDS possui em oferecer capacitações frequentemente, devido à equipe técnica ser reduzida e o grande número de municípios que necessitam deste serviço.

Becchara Miranda, solicitou a pactuação de um novo prazo para a entrega do relatório, pois pretende incluir neste instrumento apontamentos para as irregularidades detectadas.

Vitoria Batista Silva, representante do Fundo Nacional, explanou que há uma acumulação de saldos, destinados a ações para erradicar o trabalho infantil, não executados desde o ano de 2005, somados num valor aproximado de R\$1.400.000,00. Essa problemática expressa que o município não está conseguindo administrar os recursos repassados pelo Governo Federal, podendo ser consequência de uma má administração municipal ou falta de profissionais capacitados para realizar a gestão dos recursos. Ainda comentou a necessidade de ações mais efetivas do município, considerando que o mesmo possui grandes áreas de vulnerabilidade social, problemas relacionados ao tráfico de drogas, violência, prostituição, prostituição infantil, dentre outros. A deliberação que foi discutida e

adotada junto a diretoria, coordenação municipal e MDS, é a devolução dos recursos não executados. O município é notificado da devolução e tem a possibilidade de manifestação e defesa.

Márcia Mazzarotto, representante do COGEMAS, socializou sua preocupação com relação ao encaminhamento de saldos, pois ainda não existe uma normatização pelo MDS, porém há informações de que esse procedimento será adotado em breve para todos os municípios.

Becchara Miranda, representante do MDS, enfatizou que as prestações de contas municipais são analisadas pelo Fundo Nacional e quando são detectadas ineficiências na execução, o município é convocado a realizar a devolução, sendo assim, Foz do Iguaçu não é o único a fazê-lo, pois trata-se de uma norma nacional.

Márcia Mazzarotto, representante do COGEMAS, ressaltou os benefícios que o Monitoramento trouxe para o município, tais como, a implementação dos CRAS, contratação de equipe técnica através de concurso público e a regularização da gestão do PBF.

Kelli Regina Albanese, secretária técnica da CIB, comunicou que Rosilene Beatriz D. Link, Secretária Municipal de Assistência Social de Foz do Iguaçu, informou, através de ofício, que a alocação da gestão do PBF na Secretaria Municipal de Assistência Social se deu no dia 08 de junho de 2010, e já está desvinculada do Provopar.

Carmen Cristina Zadra, representante da SETP, explanou sua participação na capacitação do novo formulário do CadÚnico de Foz do Iguaçu e constatou a fragilização da equipe, devido ao número reduzido de técnicos, o que demonstra insegurança no preenchimento do novo formulário. Também ressaltou que as dificuldades do PETI já haviam sido detectadas no decorrer destes anos de monitoramento, incluindo a limitação de espaço físico e recursos humanos, a gestão do programa, dentre outros aspectos. Destacou que o município demonstrou interesse e tentativas de regularizar esta situação, porém, apesar dos esforços, não obtinham êxito. Observou que esta dificuldade também está presente em outros municípios, considerando que este é, realmente, um programa difícil de ser executado, devido seu formato, e falta de apoio do MDS na mobilização e orientação. Inclusive esta problemática foi apontada ao próprio Ministério, o qual ainda não se posicionou sobre este assunto.

Rosilene Beatriz D. Link, Secretária Municipal de Assistência Social de Foz do Iguaçu e representante do COGEMAS, consentiu com a fala de Carmen Cristina Zadra, e acrescentou que tanto as capacitações oferecidas pelo MDS, quanto as ofertadas pelo Estado, são escassas e só são realizadas quando os problemas surgem. Explanou que o município não possui mais recursos próprios para realizar

contratação de pessoal e implementar as equipes dos CRAS e CREAS. Com relação ao PETI, informou a formação de coletivos, que funcionavam junto as organizações não governamentais – ONG, mantidas por subvenções sociais, com a participação de estagiários da área da educação, devido à dificuldade de contratação dos monitores por questões financeiras. No que tange a execução do PBF, comunicou que foi descentralizada para os CRAS e a gestão para a sede da SMAS.

Carmen Cristina Zadra, representante da SETP, informou que na reunião ocorrida em maio do ano de 2009, foram repassadas orientações básicas a equipe técnica de referência do município referentes ao PETI, que proporcionavam condições mínimas de executar o programa. Com relação ao PBF, o técnico de referência do Estado, Nircélio Zabet, foi até o município dialogar com o Prefeito na tentativa de mobilizar uma capacitação, que foi realizada.

Becchara Miranda, representante do MDS, admitiu que vários programas possuem problemas em sua elaboração, mais que isto não justifica a ausência total de sua execução e ineficiência. Justificou que os apontamentos realizados foram fundamentados em estudos cautelosos da situação, inclusive nos relatórios das três técnicas da PSB do MDS, que visitaram o município.

Creusa Lurdes de Melo, técnica responsável pela PSB do município de Foz do Iguaçu, reconheceu as carências e falhas que a PSB possuía. Contudo, explanou que o acompanhamento realizado pelos técnicos do MDS e do Estado, foi fundamental para as readequações dos serviços, as quais constituem um processo gradativo de organização da gestão municipal.

Diante das discussões, pactuou-se que o município não permanecerá em gestão plena, e ficará habilitado em gestão básica, com acompanhamento do Escritório Regional mediante o Plano de Providências. Ainda, pactuou-se o encerramento do processo de desabilitação, tendo em vista que o mesmo teve recuo do nível de gestão.

Através da fala dos membros, constatou-se que este processo proporcionou o crescimento da equipe técnica municipal e melhoria da oferta dos serviços para os usuários, bem como um grande aprendizado para os demais participantes envolvidos na ação.

**- Resolução CIT nº 005/2010;**

Ana Paula Gonçalves, representante da SETP, esclareceu que a Resolução da CIT nº 005/2010, datada de 03 de maio de 2010, flexibiliza alguns parâmetros referentes ao CRAS, utilizados pela CIB nas análises dos processos de habilitação e desabilitação municipal no SUAS. Por isso foi apresentada aos membros, e, caso estes concordem em acatá-la, as análises dos pleitos serão modificadas.

Kelli Regina Albanese, secretária técnica da CIB, explicou que a referida resolução dispõe sobre a instituição de metas de desenvolvimento dos CRAS por períodos anuais (2008/2009, 2009/2010, 2010/2011, 2011/2012, 2012/2013), visando a gradativa adaptação aos padrões normativos estabelecidos pelo SUAS, com início em 2008 e término em 2013.

Ana Paula Gonçalves, representante da SETP, esclareceu que de acordo com o disposto no parágrafo 2º, do artigo 1º *“Cada período anual se inicia no primeiro dia após o encerramento do Censo SUAS/CRAS de um ano e se encerra no último dia do preenchimento do Censo do ano subsequente.”* Ou seja, os municípios habilitados nessa condição, terão o prazo acima para reordenar suas pendências, e tendo em vista que o Censo SUAS/CRAS será aberto por meados de agosto ou setembro/10, os municípios terão até o último dia do preenchimento para adequação (as datas corretas serão informadas assim que repassadas pelo MDS).

Diante dessa nova normativa, a CIB/PR pactuou a utilização do seu conteúdo para os requisitos que compõem a habilitação municipal, e dessa forma, os municípios que possuírem pendências apenas no CRAS, a partir dessa reunião, terão a flexibilidade disposta na referida resolução.

**- Apresentação do quadro de habilitação e análise dos pareceres dos processos;**

Kelli Regina Albanese, secretária Técnica da CIB, apresentou o quadro do pleito à habilitação do único município que encaminhou processo, contendo suas pendências detalhadas. Dessa forma pactuou-se o que segue:

| ESCRITÓRIO REGIONAL | MUNICÍPIO          | PACTUAÇÃO EM 29/06/2010                          |
|---------------------|--------------------|--------------------------------------------------|
| Cornélio Procopio   | Ribeirão do Pinhal | Habilitado com condicionalidade em gestão básica |

O município exposto acima, foi habilitado com condicionalidade, e terá o prazo de 06 (seis) meses para adequação das pendências.

**- Apresentação do quadro das habilitações com condicionalidades que possuem prazo expirado em maio e junho de 2010;**

Kelli Regina Albanese, secretária técnica da CIB, apresentou o quadro contendo a relação dos 50 (cinquenta) municípios que foram habilitados com condicionalidade em reunião ordinária de 28 de outubro de 2009 e que tiveram o prazo de 180 dias para reordenar suas pendências. A cópia do quadro com as pendências detalhadas de cada município foi entregue aos membros junto com os demais materiais pertinentes à reunião, inclusive o quadro abaixo. Ressalta-se que os municípios foram orientados quanto as providências a serem tomadas, bem como quanto aos prazos para o reordenamento.

**Legenda:**

- **(1)** Pendência somente no CRAS contemplada pela Resolução CIT nº 005/2010 **(04 municípios)**
- **(2)** Pendências no CRAS e outras **(16 municípios)**
- **(3)** Outras pendências **(15 municípios)**
- **(OK)** Sanadas as pendências **(15 municípios)**

| <b>Escritório Regional</b> | <b>Município</b>        | <b>Situação</b>                     | <b>Pactuação da CIB</b>                           |
|----------------------------|-------------------------|-------------------------------------|---------------------------------------------------|
| <b>Campo Mourão</b>        | Altamira do Paraná      | <b>3</b>                            | Abertura de processo de desabilitação             |
|                            | Corumbataí do Sul       | <b>OK</b>                           | <b>OK</b>                                         |
|                            | Fênix                   | <b>3</b>                            | Abertura de processo de desabilitação             |
|                            | Iretama                 | <b>OK</b>                           | <b>OK</b>                                         |
|                            | Moreira Sales           | <b>3</b>                            | Abertura de processo de desabilitação             |
|                            | Peabiru                 | <b>OK</b>                           | <b>OK</b>                                         |
|                            | Quinta do Sol           | <b>3</b>                            | Abertura de processo de desabilitação             |
| <b>Cascavel</b>            | Cafelândia              | <b>3</b>                            | Abertura de processo de desabilitação             |
|                            | Lindoeste               | <b>OK</b>                           | <b>OK</b>                                         |
|                            | São Pedro do Iguaçu     | <b>3</b>                            | Abertura de processo de desabilitação             |
| <b>Cornélio Procopio</b>   | Jataizinho              | <b>2</b>                            | Abertura de processo de desabilitação             |
|                            | Congonhinhas            | <b>2</b>                            | Abertura de processo de desabilitação             |
|                            | Sta Cecília do Pavão    | <b>3</b>                            | Abertura de processo de desabilitação             |
| <b>Curitiba</b>            | Antonina                | <b>3</b>                            | Abertura de processo de desabilitação             |
|                            | Bocaiuva do Sul         | <b>3</b>                            | Abertura de processo de desabilitação             |
|                            | Campina Grande do Sul   | <b>2</b>                            | Abertura de processo de desabilitação             |
|                            | Guaratuba               | <b>3</b>                            | Abertura de processo de desabilitação             |
|                            | Itaperuçu               | <b>2</b>                            | Abertura de processo de desabilitação             |
|                            | Mandirituba             | <b>2</b>                            | Abertura de processo de desabilitação             |
|                            | Paranaguá               | <b>2</b>                            | Abertura de processo de desabilitação             |
|                            | Pinhais                 | <b>1</b>                            | <b>OK</b> (Conforme Resolução da CIT nº 005/2010) |
|                            | Rio Branco do Sul       | <b>OK</b>                           | <b>OK</b>                                         |
| <b>Foz do Iguaçu</b>       | Marechal Cândido Rondon | <b>2</b>                            | Abertura de processo de desabilitação             |
|                            | Santa Helena            | <b>1</b>                            | <b>OK</b> (Conforme Resolução da CIT nº 005/2010) |
| <b>Francisco Beltrão</b>   | Bom Jesus do Sul        | <b>1</b>                            | <b>OK</b> (Conforme Resolução da CIT nº 005/2010) |
| <b>Guarapuava</b>          | Rio Bonito do Iguaçu    | <b>OK</b>                           | <b>OK</b>                                         |
| <b>Ivaiporã</b>            | Bom Sucesso             | <b>2</b>                            | Abertura de processo de desabilitação             |
|                            | Borrazópolis            | <b>OK</b>                           | <b>OK</b>                                         |
|                            | Ivaiporã                | <b>3</b>                            | Abertura de processo de desabilitação             |
|                            | Mato Rico               | <b>OK</b>                           | <b>OK</b>                                         |
|                            | Sta Maria do Oeste      | <b>OK</b>                           | <b>OK</b>                                         |
| <b>Jacarezinho</b>         | Cambará                 | <b>OK</b>                           | <b>OK</b>                                         |
|                            | Joaquim Távora          | <b>OK</b>                           | <b>OK</b>                                         |
|                            | Wenceslau Braz          | <b>OK</b>                           | <b>OK</b>                                         |
| <b>Londrina</b>            | Bela Vista do Paraíso   | <b>2</b>                            | Abertura de processo de desabilitação             |
|                            | Kaloré                  | <b>3</b>                            | Abertura de processo de desabilitação             |
| <b>Maringá</b>             | Atalaia                 | <b>3</b>                            | Abertura de processo de desabilitação             |
|                            | Floresta                | <b>2</b><br><b>(Não encaminhou)</b> | Abertura de processo de desabilitação             |

|                    |                           |                                            |                                                   |
|--------------------|---------------------------|--------------------------------------------|---------------------------------------------------|
|                    |                           | <b>documentação)</b>                       |                                                   |
|                    | Flórida                   | <b>OK</b>                                  | <b>OK</b>                                         |
|                    | Marialva                  | <b>2<br/>(Não encaminhou documentação)</b> | Abertura de processo de desabilitação             |
|                    | Presidente Castelo Branco | <b>2<br/>(Não encaminhou documentação)</b> | Abertura de processo de desabilitação             |
|                    | Uniflor                   | <b>OK</b>                                  | <b>OK</b>                                         |
| <b>Paranavaí</b>   | Marilena                  | <b>3</b>                                   | Abertura de processo de desabilitação             |
|                    | Planaltina do Paraná      | <b>OK</b>                                  | <b>OK</b>                                         |
| <b>Pato Branco</b> | Clevelândia               | <b>2</b>                                   | Abertura de processo de desabilitação             |
|                    | Honório Serpa             | <b>1</b>                                   | <b>OK</b> (Conforme Resolução da CIT nº 005/2010) |
|                    | Pato Branco               | <b>2</b>                                   | Abertura de processo de desabilitação             |
|                    | Saudade do Iguaçu         | <b>3</b>                                   | Abertura de processo de desabilitação             |
|                    | Sulina                    | <b>2</b>                                   | Abertura de processo de desabilitação             |
| <b>Umuarama</b>    | Alto Paraíso              | <b>2</b>                                   | Abertura de processo de desabilitação             |

Após analisarem os documentos, os membros pactuaram os apontamentos sugeridos pela Secretaria Técnica da CIB.

Kelli Regina Albanese, secretária técnica da CIB, ressaltou que quando o município é habilitado com condicionalidade, o prefeito e o gestor municipal, além do Escritório Regional responsável, são informados, informalmente, das pendências que ainda constam e o prazo para readequá-las, bem como as consequências caso estas não sejam reordenadas. Para o Escritório Regional e gestor municipal, são repassadas todas as orientações necessárias para a readequação das pendências. Ainda, observou que, as modificações das Leis do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA enviadas a Câmara Municipal para aprovação, são datadas recentemente, o que significa que, mesmo tendo 6 (seis) meses para readequar as pendências, a maioria dos municípios se mobilizaram somente no final do prazo concedido.

**- Processos de desabilitação;**

Kelli Regina Albanese, secretária técnica da CIB, informou que o município de Jussara já apresentou a documentação necessária para a reordenação da pendência que possuía, a qual foi causa da pactuação na última reunião da CIB, da abertura do processo de desabilitação, o qual não foi nem iniciado. Diante disso, os membros pactuaram o encerramento do processo de desabilitação e manutenção do nível de gestão em básica.

Também comunicou que os demais processos de desabilitação já foram abertos e que foram solicitadas as defesas municipais, as quais serão apresentadas na próxima reunião para apreciação e pactuação dos membros.

**- Instrumentos de Gestão da Política de Assistência Social: pactuação de procedimentos para os municípios que não finalizaram o preenchimento;**

Carla de Souza, técnica responsável pelos Instrumentos de Gestão, informou que na reunião do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, foi discutida a prorrogação do prazo para o preenchimento dos instrumentos. O CEAS não acatou a prorrogação justificando que frequentemente, os prazos estipulados para o preenchimento dos instrumentos, bem como para outras responsabilidades exigidas dos municípios, são prorrogados, por isso estes acabam não se preocupando em executar as ações dentro da data. Tal fato, contribui para a deslegitimação das orientações e do monitoramento prestados pelos Escritórios Regionais. Também comunicou que foi realizado um levantamento, o qual foi apresentado pela técnica, dos municípios que não haviam preenchido e os que haviam preenchido parcialmente o Relatório de Gestão e o Plano Municipal de Assistência Social (este foi

o que apresentou mais dificuldades no preenchimento). Ainda, enfatizou que os campos referentes ao financiamento, em alguns casos, foram preenchidos com valores que certamente não condizem com a realidade municipal.

Os membros da CIB debateram essa problemática, visto que, deve ter ocorrido algum problema em comum, pois nunca foi verificado um índice tão alto de instrumentos não preenchidos.

Contudo, foi considerado o alto número de municípios que não finalizaram o preenchimento, e dessa forma, acordou-se a reabertura do sistema nos dias de 12 a 16 de julho de 2010.

**- Câmara Técnica Revisão da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS e Reunião Técnica com os Escritórios Regionais da SETP.**

Ana Paula Gonçalves, representante da SETP, esclareceu que os Escritórios Regionais e a Câmara Técnica da CIB foram convocados para discutir a revisão da NOB/SUAS 2005, incluindo o documento que foi apresentado na reunião da CIT, elaborado por Câmara Técnica da CIT para discutir a habilitação e desabilitação municipal. Contudo, a CIB recebeu uma orientação da Secretária Nacional de Assistência Social no sentido de que se aguarde a próxima reunião da CIT, dia 14 de julho, pois nela serão inseridos novos aspectos e redefinidos os prazos para discussão da NOB/SUAS.

**- Alteração do Regimento Interno: ressarcimento das despesas dos membros;**

Tendo em vista que as despesas dos membros da CIB residentes fora de Curitiba não vem sendo ressarcidas, foi proposto por representantes do COGEMAS a alteração do Regimento Interno.

Após discussão, os membros consensualizaram a inclusão no artigo nº 24 do Regimento Interno da CIB, que dispõe sobre o ressarcimento das despesas dos membros, o qual passa a vigorar com o seguinte conteúdo:

“ Art. 24 O órgão gestor estadual se responsabilizará pelo necessário apoio técnico, administrativo e financeiro (despesas com transporte, hospedagem e alimentação) para a consecução das finalidades da CIB”.

**Informes:**

**- Resolução nº 036/2010 – SETP: nova composição CIB;**

Kelli Regina Albanese, secretária técnica da CIB, informou que esta resolução trata da nova composição da comissão e apontou as modificações que houveram.

- **Repasse da Reunião Ampliada da CIT de 13/05/2010;**

Kelli Regina Albanese, secretária técnica da CIB, comunicou que, a título de conhecimento, no material entregue aos membros há uma sintetização da apresentação da primeira proposta da revisão da NOB/SUAS realizada na reunião ampliada da CIT, da qual a referida técnica e Ironi do Rocio Vieira de Camargo, técnica da SETP, participaram, bem como um relatório com os assuntos principais discutidos.

- **Repasse da reunião da CIT de 07/06/2010.**

Rosely Lemos, técnica da SETP, comunicou que participou da última reunião da CIT que, também, tratava sobre a “Expansão 2010” que será iniciada a partir do mês de junho para CRAS/PAIF, CREAS/PAEF, medidas socioeducativas e CREAS para população em situação de rua. A Resolução nº 007/2010 – CIT contém todos os critérios utilizados para essa expansão, sendo que um deles descreve que todos os municípios que não possuem CRAS cofinanciado pelo governo federal e possuem número superior a 20 mil habitantes receberão um Centro de Referência de Assistência Social. Os municípios tiveram o prazo do dia 09 a 27 de junho para acessar o site do MDS e aceitar a expansão das opções cabíveis a sua realidade. Informou também a realização de um extenso trabalho de orientação aos Escritórios Regionais para que incentivem os municípios a aceitarem a expansão, independente de suas dificuldades, pois será concedido um prazo para sua organização e não há previsão de nova expansão devido a mudanças políticas. Caso o município não consiga se estruturar, pode devolver o recurso.

Contudo, mesmo assim houveram municípios que não demonstraram interesse em aceitar a expansão:

1. Quatro (04) municípios não **acessaram** o Termo de Aceite do CREAS/PAEFI;
2. Seis (06) municípios não **aceitaram** o Termo de Aceite do CREAS/PAEFI;
3. Dois (02) municípios não **aceitaram** o Termo de Aceite do CREAS/MSE;
4. Dois (02) municípios não **aceitaram** o Termo de Aceite do CRAS/PAIF;
5. Um (01) município não **acessou** o Termo de Aceite do CRAS/PAIF.

Para estes municípios será solicitado ofício, elaborado pelo prefeito, justificando por que não acessaram ou aceitaram o Termo de Aceite.

Também informou que há uma Câmara Técnica da CIT que discute CREAS e que os técnicos de referência da proteção social especial da SETP possuem grande interesse em participar e aprofundar as discussões.

**\*Próxima reunião da CIB: 31 de agosto (Alterada posteriormente para 28 de setembro)**